



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de Ginástica Laboral a serem executados nas dependências da Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba, doravante denominada CODEVASF, situada na Av. Comissão do Vale, s/n, Piranga, Juazeiro, Bahia.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Valor Mensal	Valor 12 meses
1	Contratação de empresa do ramo de Ginástica Laboral para a prestação do serviço de Ginástica Laboral para atender aos empregados da 6ª Superintendência Regional.	R\$ 1.551,27	R\$ 18.615,28

1.2 O custo estimado total informado na tabela acima, **R\$ 18.615,28** foi apurado com base em pesquisa de preço de instituições especializadas na prestação de serviço de Ginástica laboral.

1.3 Os recursos orçamentários correrão à conta do Programa de Trabalho 04.122.0032.2000.0001 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE NACIONAL, Categoria Econômica 3, sob a gestão da Área de Administração e Tecnologia da Codevasf.

1.4 O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano, prorrogável, por interesse das partes, por iguais e sucessivos períodos e não excederá a 05 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração, com base no art. 71, inciso II da Lei nº 13.303/2016 e demais legislações vigentes.

2. QUADRO DE PESSOAL E QUANTITATIVO

2.1 O quantitativo de funcionários necessários à execução dos serviços está descrito abaixo, sendo:

01 (um) profissional especializado, com graduação em Educação Física para a ginástica laboral.

2.2 Se for o caso, o pessoal e/ou o serviço objeto deste Edital poderá ser aumentado ou suprimido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com as necessidades e conveniências da CODEVASF.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

3. REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

3.2 Valor estimado: **R\$ 18.615,28** (dezoito mil, seiscentos e quinze reais e vinte e oito centavos).

3.3 Critério de Julgamento: Menor Preço, de acordo com o Art. 7 do Decreto nº 10.024/2019.

3.4 Formas de realização: forma eletrônica, por meio de sessão pública realizada pelo site (www.comprasnet.gov.br). O presente pregão eletrônico reger-se-á pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto nº 10.024/2019.

3.5 Modo de Disputa: Aberto, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.6 Valor estimado: Público

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços de Ginástica Laboral, de forma contínua, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra e respectivos insumos e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, tem por objetivo o cumprimento do Programa de Qualidade de Vida da Codevasf

Considerando que se trata de serviço essencial e sua interrupção pode comprometer a saúde de pessoas, esta tem por objetivo: Agir no controle do estresse e no combate ao sedentarismo, contribuindo, portanto para diminuir os riscos de doenças cardiovasculares; Prevenir as LER – Lesões por esforço repetitivo e/ou DORT– Distúrbios Osteomusculares relacionados ao trabalho; Reduzir os problemas posturais, notadamente os relativos às doenças musculoesquelético, uma das maiores causas de absenteísmos, com afastamentos prolongados no ambiente de trabalho; Aliviar dores, cansaço físico e mental, stress, desconforto muscular; Aumentar a produtividade e a criatividade em função da integração e motivação do corpo funcional, além da valorização do sentimento de autoestima que esta terapia desenvolve.

A deflagração de novo processo licitatório se dá em razão do encerramento do contrato nº 6.055.00/2018 em 01/08/2023.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, os serviços objeto deste instrumento são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade, para efeito de julgamento das propostas, podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

- 6.1.1 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência e autorização da CODEVASF;
- 6.1.2 Em tudo agir segundo as diretrizes da CODEVASF, observadas as legislações pertinentes;
- 6.1.3 Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados, com graduação em Educação Física para a ginástica laboral;
- 6.1.4 A CONTRATADA será responsável pelo transporte dos seus funcionários para o local de serviço da CONTRATANTE nos dias e horários estabelecidos;
- 6.1.5 Substituir, sem qualquer ônus para a CODEVASF, sempre que exigido, e, independente de justificativa por parte desta, seu preposto, empregados vinculados ao contrato cuja atuação, a juízo da CODEVASF, evidencie-se inconveniente, insatisfatório ou inadequado a perfeita execução dos serviços, ou que, por qualquer motivo, não satisfaçam as condições requeridas à natureza dos serviços;



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 6.1.6 Comunicar à CODEVASF com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência, sempre que houver substituição do profissional executor do serviço;
- 6.1.7 A Contratada deverá executar os serviços objeto deste Contrato utilizando mão-de-obra própria, garantindo que não sofra interrupções e/ou paralisações dos serviços, nos dias e horários programados, em caso de faltas, folgas e férias de seus funcionários;
- 6.1.8 Providenciar, às suas expensas, a compra e o transporte de equipamentos necessários para execução dos serviços que são objeto deste contrato, bem como fornecer todos os recursos materiais necessários para execução das atividades de elaboração, implantação e execução do programa de atividades de ginástica laboral, tais como bolas de borracha antiestresse, bastões, ligas elásticas, etc.;
- 6.1.9 Impor a seu profissional o máximo asseio, apresentação pessoal e urbanidade no trato com os empregados da CODEVASF, devendo estes se apresentar portando identificação pessoal e profissional;
- 6.1.10 Permitir a vistoria e acompanhamento dos serviços em execução, pela unidade competente da CODEVASF;
- 6.1.11 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da contratação de pessoal, salários de empregados, transporte dos mesmos e quaisquer outros encargos, inclusive por quaisquer acidentes de que possam vir a ser vítimas, quando em serviço, e por tudo quanto as legislações previdenciária e trabalhista lhes assegurem e, ainda, por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados à CODEVASF ou a terceiros;
- 6.1.12 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos anteriormente não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CODEVASF, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a CODEVASF;
- 6.1.13 Responder, civil ou penalmente, por qualquer dano ou prejuízo, ainda que involuntário, que seu preposto ou seus empregados vinculados ao contrato, venham a causar à CODEVASF ou a terceiros, bem como por



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

infração a qualquer legislação, regulamentação e normas da Contratante;

6.1.14 Iniciar a execução dos serviços contratados, em observância destes Termos de Referência, na data estipulada pela CODEVASF;

6.1.15 Garantir a qualidade na prestação dos serviços junto aos empregados da CODEVASF participantes do programa de ginástica laboral.

7. JORNADA DE TRABALHO

7.1 Os serviços de Ginástica Laboral serão prestados no horário compreendido entre 08 horas e 11 horas, de segunda a sexta-feira, sendo 3 (três) vezes por semana sessões de exercícios, com duração prevista de 15 minutos, no Edifício Sede da CODEVASF (térreo e 1º andar), bem como no Anexo 1 (Unidade Eletromecânica), com o acompanhamento direto de profissionais devidamente habilitados na área de Educação Física.

7.1.1 Carga horária/semanal de aulas de Ginástica Laboral é de aproximadamente 3 (três) horas semanais, com sessões de exercícios para aproximadamente 50 (cinquenta) empregados. Os exercícios serão específicos, direcionados às necessidades, hábitos e posturas de cada posto de trabalho englobando as três tipologias da Ginástica Laboral: **Preparatória:** realizada antes do início da jornada de trabalho. Tem como objetivo principal preparar o funcionário para sua tarefa, aquecendo os grupos musculares que irão ser solicitados nas suas tarefas e despertando-os para que se sintam mais dispostos ao iniciar o trabalho. **Compensatória:** realizados durante a jornada de trabalho, interrompendo a monotonia operacional e aproveitando pausas para executar exercícios específicos de compensação aos esforços repetitivos e às posturas inadequadas solicitadas nos postos operacionais. **Relaxamento:** baseada em exercícios de alongamento realizados após o expediente, com o objetivo de oxigenar as estruturas musculares envolvidas na tarefa diária, evitando o acúmulo de ácido láctico e prevenindo as possíveis instalações de lesões.

7.1.2 Os horários e dias estabelecidos para prestação dos serviços poderão ser alterados, de acordo com as necessidades de ambas as partes.

7.1.3 A CONTRATANTE comunicará à contratada os feriados locais com antecedência de 2 (dois) dias, haja vista que não haverá prestação de serviço objeto do CONTRATO nos referidos dias.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

8. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Os serviços de Ginástica Laboral serão realizados as instalações da CODEVASF em Juazeiro/BA, conforme endereço especificado abaixo:

UNIDADE	Endereço
6ª Superintendência Regional	Av. Comissão do Vale, s/n, Piranga, Juazeiro, Bahia.

8.2 O transporte de empregados e de materiais para o local acima descrito são de responsabilidade da licitante vencedora.

8.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre o empregado da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. A empresa CONTRATADA para a prestação dos serviços de Ginástica Laboral deverá atender os seguintes requisitos:

9.1.1. Registro ou inscrição da CONTRATADA na entidade profissional competente, fornecido pelo Conselho Regional de Educação Física;

9.1.2. Documento que comprove o vínculo entre os instrutores e a Contratada, tais como: contrato social, se sócio, contrato de prestação de serviço, ou carteira de trabalho ou ficha de registro de empregado.

9.1.3. A equipe de profissionais envolvidos na execução dos serviços do objeto deste contrato deverá ser formada pelos profissionais especificados a seguir:

9.1.4.1. **1 (um) profissional** que possua: diploma de graduação em Educação Física; registro profissional no Conselho Regional de Educação Física; e experiência mínima de 06 (seis) meses nos serviços de atividades de Ginástica Laboral comprovados em Carteira de Trabalho, em Declaração emitida pela entidade contratante ou através de contrato de prestação de serviços.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

9.4 Os requisitos técnicos para a execução do objeto a ser contratado são os especificados neste Termo de Referência, ajustados no que couber ao modelo atual disponibilizado pela Advocacia-Geral da União, conforme orienta a IN SEGES/MP nº 5/2017.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Os atores envolvidos na gestão e fiscalização contratual estão elencados abaixo:

10.1.1. O gestor do Contrato que terá a função de coordenar das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

10.1.2. O Fiscal Técnico que será responsável pelo acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

10.1.3. O Fiscal Administrativo que fará o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

10.1.4. A Fiscalização pelo Público Usuário que se manifesta a partir da pesquisa de satisfação junto aos *usuários/recebedores* dos serviços prestado, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

10.2. As comunicações serão realizadas via e-mail, carta registrada (AR), ou dependendo da urgência ou necessidade da celeridade da informação via Telefone/WhatsApp, sendo que a contratada deverá dar o tratamento adequado as solicitações, em todas as formas de comunicação elencadas.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

11. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A execução dos serviços será iniciada no dia seguinte, a partir da data de assinatura do contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, com manifestação prévia e expressa das partes.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano;

12.3 Acompanhar a assiduidade do profissional executor do serviço através da frequência diária/mensal.

12.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.5. Não permitir que o empregado da Contratada realize as atividades fora do horário de expediente, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente autorizada pelo órgão para o qual o trabalho seja prestado, e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

12.6. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação do empregado necessário ao cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

13.4. Utilizar profissional devidamente habilitado na área de Educação Física;

13.5 Informar ao Fiscal do Contrato, com 2 (dois) dias de antecedência, a falta ou impedimento do profissional executor de serviço, bem como a sua substituição.

13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.7. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades laborais a serem executadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.14 Encaminhar a Unidade de Patrimônio, Material e Serviços Auxiliares (Setor de Protocolo), presencialmente ou por meio eletrônico (protocolo.6sr@codevasf.gov.br) Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e demais documentações solicitadas, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência do último dia útil do mês, para os trâmites referentes ao pagamento.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

13.15 O pagamento só será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

13.16. Haverá a glosa na Nota Fiscal das faltas não justificadas, do profissional executor do serviço ou seu substituto.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedada a subcontratação do objeto licitatório, por se tratar de uma contratação direta entre a Administração e a Empresa ganhadora da licitação, o qual não possibilita a divisibilidade da execução dos serviços, bem como não se permite participação de prestador de serviço estranho ao contrato.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

16.2 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – **Gestão da Execução do Contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

16.3 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.4 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

16.6. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.7. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.9. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

17.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização, onde deverá ser feita a apuração da análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, para elaboração do relatório circunstanciado acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3. O recebimento definitivo, ato que concretiza o atesto da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

17.4. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

18. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal.

18.2 O pagamento será efetuado, mensalmente, mediante crédito em conta corrente informada pela CONTRATADA.

18.3 O valor do pagamento será aquele apresentado no documento de cobrança (Nota Fiscal), descontadas as glosas, conforme o caso.

18.4 A emissão da Nota Fiscal será posterior da execução correta do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período de prestação dos serviços; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.7.1 Não produziu os resultados acordados;

18.7.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.7.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.8 Será considerada data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

19. REAJUSTE DE PREÇOS

19.1 Os preços serão fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta.

19.2 Em caso de prorrogação do contrato caberá reajuste, o qual terá como índice a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou por outro índice que vier a substituí-lo, tendo como referência o mês de apresentação da proposta, utilizando-se, para tanto, a seguinte fórmula:

$$R = V \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right), \text{ onde:}$$

“R” é o valor do reajustamento procurado;

“V” é o valor contratual a ser reajustado;

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da proposta;

“I0” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

19.3 O prazo para a empresa solicitar o reajuste se encerra na data da prorrogação contratual, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

19.4 Caso a contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 20.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5 Cometer fraude fiscal.

20.2 Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

20.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.3.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.3.2 Multa de:

20.3.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.3.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.3.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.3.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4 As sanções previstas nos subitens 19.3.1, 19.3.2, 19.3.3 e 19.3.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

20.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

**Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários do serviço durante a execução da atividade, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.10 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

cientificação da aplicação da penalidade, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional, que procederá ao seu exame.

20.11 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pelo Comitê de Gestão Executiva da 6ª Superintendência Regional, que poderá relevar ou não a multa.

20.12 Em caso de relevação da multa, a Codevasf se reserva ao direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis, em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação, novação contratual nem a desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

20.13 Caso o Comitê de Gestão Executiva da 6ª Superintendência Regional mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1 A empresa contratada, deverá comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

21.1.1 Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional, Conselho Regional de Educação Física, em plena validade;

21.1.2 Declaração de que disponibilizará, para prestação dos serviços, profissionais devidamente registrados nos Conselho Regional de Educação Física, os quais deverão ser efetivamente apresentados no ato da contratação, com a comprovação de vínculo à entidade de classe;

21.2 Será admitida a substituição de profissional, educador físico, durante a execução do contrato, desde que prévia e formalmente comunicado à fiscalização, e desde que o novo profissional detenha e mesma qualificação técnica;

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 A Codevasf poderá utilizar as imagens armazenadas pelo sistema de monitoramento por câmeras para fins de segurança e no interesse público.

22.2 As dúvidas de interpretação deste Termo de Referência e demais normativos serão dirimidas pela Gerência Regional de Administração e Tecnologia - GRA no que



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

se refere ao mérito redacional, e pela Unidade Regional de Gestão de Pessoas - UGP quanto ao mérito técnico e operacional.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê de Gestão Executiva da 6ª Superintendência Regional, em Juazeiro/BA – COMGEX.

Juazeiro-BA, 26 de janeiro de 2024.

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Leosmar Bispo Valido
Chefe da 6ª GRA / UGP

DE ACORDO:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Fábio Alves Torres
Gerente Regional de Administração e Tecnologia

APROVADO:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Miled Cussa Filho
Superintendente Regional